

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOÃO CARLOS MOREIRA

REVOLUÇÃO FEDERALISTA –  
RECRUTAMENTO E DISCIPLINA MILITAR NA FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO  
DA REPÚBLICA (1889 – 2012)

Curitiba

2012

JOÃO CARLOS MOREIRA

REVOLUÇÃO FEDERALISTA –  
RECRUTAMENTO E DISCIPLINA MILITAR NA FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO  
DA REPÚBLICA (1889 – 2012)

Monografia apresentada à disciplina Estágio Supervisionado em Pesquisa Histórica como requisito parcial à conclusão do Curso de História da Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Dr. Dennison de Oliveira.

Curitiba

2012

## SUMÁRIO

I. Resumo .....	01
II. Introdução.....	02
III. Problematização e Objetivos .....	05
IV. O tecido monárquico se esgarça	
IV.1 Recrutamento – Antecedentes.....	10
IV.2 Disciplina e Cultura- As forças armadas e o ocaso do Império.....	14
V. Depoimentos de combatentes que viveram as refregas.....	18
VI. Abordagem de uma conveniência – o imaginário da República.....	29
VII. Uma vacina contra a ingenuidade.....	36
VIII -Conclusões.....	39
IX. Fontes e referências bibliográficas.....	45

## RESUMO

Esta monografia examina a forma de conscrição e o nível de disciplina do Exército arregimentado pelo Marechal Floriano Peixoto na defesa de seu governo, na época da Revolução Federalista (1893-1894). Os principais elementos de análise são memórias de combatentes que participaram das refregas (no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), sendo portanto testemunhas importantes para uma mais perfeita compreensão dos eventos desenrolados. Estabelece uma visão sob perspectiva dos antecedentes da República, no que diz respeito a padrões de alistamento e obediência da tropa no período imperial. Faz a seguir uma comparação entre os citados relatos e as afirmações da historiografia oficial que versam sobre aquela Revolução, visando aquilatar a veracidade das interpretações e motivações que qualificam o comportamento geral das tropas como sendo o de *“ardorosos defensores de ideologias e idealismos ardorosamente encarnados”*. Na sequência, alinha ferramentas teóricas que ajudam a compreender comportamentos de historiadores comprometidos com o convencimento e a forja de corações e mentes, com o estabelecimento de práticas rituais ou simbólicas destinadas a gravar valores. O exame das fontes permite concluir que os relatos selecionados e o teor da historiografia memorialista não entram em harmonia, não coincidem. Conclui-se do exame feito que - ressalvados casos isolados de bravura e autêntico zelo patriótico, bem como alistamentos voluntários havidos por convicção ideológica - despontam na historiografia citada neste trabalho exageros que não se sustentam à luz dos depoimentos aqui arrolados. Em resumo, conclui-se que, à época da Revolução Federalista o povo fugia das conscrições e a indisciplina no Exército era um elemento que causava muita apreensão e desconfiança e que alguns textos consagrados - que trataram do assunto posteriormente - mitificam determinados comportamentos e motivações.

Palavras-chave: Conscrição militar. Disciplina militar. Revolução federalista.

## II INTRODUÇÃO

A Federação e a Carta Constitucional de 1891 tinham por objetivo instituir uma nova ordem política do Brasil do final do século XIX. O poder, na forma adotada constitucionalmente, gravitava em torno da esfera dos Estados, e nestes diversas facções se digladiavam para ter o monopólio de assentamento das estruturas de dominação. Dentre estas facções avultava o P.R.P. (Partido Republicano Paulista), que contribuía no lançamento das conclamações teóricas do movimento republicano, e estava desgostoso com a direção centralizadora que Deodoro imprimia ao seu governo (1889-1891).

Ocorria, por outro lado, uma cisão no exército, com parte das guarnições montando bivaques em torno da barraca de Deodoro, outras formando com Floriano Peixoto e a bancada paulista do Congresso.

Tal contencioso tornou-se mais complicado por força da atuação de outro grupo, o dos positivistas, participantes de todas as manobras que permearam a transição de regime no final do século XIX. Com os positivistas, cerrava fileiras expressiva porção do oficialato militar. Tal contingente entusiasmava-se com o realce dado por aquela filosofia à autoridade e ao centralismo administrativo.

Ao nomear juntas governativas para administrar, provisoriamente, cada unidade da recém-criada federação, Deodoro desgostou facções regionais. O cenário econômico financeiro também era preocupante. Nele eram incluídos fraudes, especulações desenfreadas, empréstimos feitos por critérios pouco técnicos e multiplicação temerária do meio-circulante. Some-se a isso a tendência centralizadora do Marechal, e entende-se o advento de cisões e dissidências que tornaram impraticável sua continuidade à frente do governo.

Novo esforço de coordenação e lança-se o nome do Marechal Floriano Peixoto. Empossado (23/11/1891), promoveu o afastamento dos grupos regionais que haviam apoiado seu sucessor, fato gerador de novas tensões.

No Rio Grande do Sul foram apeados do poder Júlio de Castilhos e seus correligionários. Em 1892 Júlio de Castilhos é reconduzido ao poder, mas seus adversários, inconformados, iniciam atos de hostilidade que culminam com a guerra civil, ou Revolução Federalista (fevereiro de 1893 a agosto de 1895) – “considerada

por um grande número de historiadores como a mais bárbara das revoluções latino-americanas, recebeu o nome de a Revolução da Degola”.<sup>1</sup>

A luta, adstrita ao Rio Grande do Sul em seu começo, teve seu raio de ação ampliado com a aliança feita entre os federalistas (também chamados de maragatos, nome pejorativo em espanhol que significa: aqueles que devem ser deixados de lado) e os participantes da Revolta da Armada, que aconteceu no Rio de Janeiro em novembro de 1891. Esta sedição decorreu de atritos havidos entre os líderes do novo regime e a oficialidade da Marinha. Logo esta Arma da República foi contatada pelos chefes federalistas buscando coordenação de movimentos.

A Marinha ocupa Desterro, e os federalistas invadem Santa Catarina, iniciando um movimento rumo ao Paraná e a São Paulo. Na cidade da Lapa, distante 62 km de Curitiba, os federalistas encontram resistência obstinada liderada por um *herói*, o coronel Gomes Carneiro, que morre na tentativa de defender sua cidadela.

O episódio conhecido como “Cercos da Lapa” é considerado o mais importante da Revolução Federalista. A corajosa e resoluta determinação, por parte de alguns combatentes, de não capitular frente aos *invasores* custou aos federalistas grande perda de tempo, tempo esse aproveitado por Floriano para melhorar a defesa contra o exército atacante (em março de 1894 Floriano já havia mobilizado uma esquadra, constituída de belonaves compradas no exterior e navios mercantes transformados para o combate; no mesmo mês é deslocada uma tropa para a fronteira do Paraná, para combater os federalistas)<sup>2</sup>.

A historiografia oficial, discorrendo sobre as batalhas da época, registra a odisséia de “ideologias ardorosamente encarnadas nos campos de batalha”<sup>3</sup>; afirma que “... lutavam, todos, com denodo e galhardia, na defesa da mística que armava seus braços”...; sustenta que “...na arena, os combatentes rivalizam-se em ardor por seu ideal...”<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> MOCELLIN, Renato. Federalista: a revolução da degola. São Paulo : Editora do Brasil S.A., 1989.p.7.

<sup>2</sup> ROSA FILHO, João Alves da. Epopéia da Lapa, In Episódios da História da PMPR, Vol. III. Curitiba: Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, 1999, pg 16.

<sup>3</sup> Discurso do Desembargador Brasil Pinheiro Machado, in Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894. Curitiba : Empresa Gráfica Paranaense Ltda, 1944, pg. 65.

<sup>4</sup> Discurso do Professor João Cândido Ferreira. Opus cit., 1944, p.69

É na defesa desses (citados) ideais que, segundo a versão louvaminheira, “...voluntários (dentre eles alguns funcionários públicos estaduais que tiveram de deixar o exercício de suas funções , preferindo, pelo patriotismo e abnegação, as agruras da vida de soldado) vêm a integrar batalhões, alguns deles batizados de ***patrióticos***.”

É ainda na convicção da necessidade da defesa dessa ideologia que o Dr. Vicente Machado, Interventor federal no Paraná, após conclamação concitando o povo a auxiliar o chefe da nação a defender a constituição e a integridade do Estado, teria recebido “...total apoio ao seu pedido” .<sup>5</sup>

A conscrição teria arregimentado, destarte, nesta e em outras vezes, um punhado heroico de voluntários, que findariam por forjar uma “história impregnada de sangue e iluminada de idealismo”...<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> ROSA Fº, João Alves da. Epopéia da Lapa. Gráfica da Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, 1999, p.3.

<sup>6</sup> Discurso do Professor Pedro Calmon, in Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense Ltda, 1944, p. 23.

### III PROBLEMATIZAÇÃO E OBJETIVOS

A História Militar registra, usualmente, a visão dos fatos como percebidos pelos vitoriosos nas refregas.

Ocorre que a ânsia de “fazer uma nova história” – como preconizada pelo menos desde a surgimento, em 1929, do movimento historiográfico conhecido como *Escola dos Annales* - acarreta esforços no sentido de rever posições já consagradas, à utilização do concurso de informações de outras áreas do conhecimento, como a Psicologia e a Sociologia, de se realizar

...o cruzamento das palavras à procura da realidade do acontecido...Faz-se imprescindível a análise das minudências dos fatos históricos para eliminar o abuso de qualificativos e superlativos das páginas da historiografia de eras ultrapassadas, que encobriam interesses ideológicos ou políticos nem sempre confessáveis.<sup>7</sup>

A moderna visão da História da mecânica da destruição nos mostra que a disciplina da caserna tem limitado alcance quando compele o soldado à luta, e expõe a fragilidade do ser humano para suportar a tensão prolongada da batalha.<sup>8</sup>

Na visão de Frank D.McCann, “...pensando em bases internacionais pode-se dizer que a identidade individual e os sentimentos de auto-estima e satisfação de um soldado estão vinculados a seu senso de participação e integração em uma identidade coletiva maior...”<sup>9</sup>

Consideremos portanto com atenção o que ocorria no Brasil no final do século XIX.

O imperador manifestara diversas vezes preocupação com o problema da lealdade no Exército. Indicações políticas e apadrinhamento decidiam frequentemente a sorte dos candidatos à promoção, o serviço militar fazia parte do sistema penitenciário do Império, os oficiais indignavam-se com a utilização do Exército para a caça de escravos fugidos e reuniam-se cada vez mais para discutir circunstâncias relacionadas à Casa de Bragança, o que teria efeito desastroso

---

<sup>7</sup> KEEGAN, John. A Face da Batalha. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000, p. 14.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>9</sup> MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria-História do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Editora Schwarcz, 2007, p. 35.



sobre a lealdade numa instituição onde a confiança é requisito fundamental para manutenção da paz e da ordem.

Na sequência acirram-se as diferenças entre a casta militar e o sistema político. Alguns oficiais eram imbuídos de uma visão política bastante crítica, e sua formação acadêmica habilitava-os a um exame mais refinado da atuação dos chamados “bacharéis” (paisanos formuladores das leis). Os militares não perdoavam os civis por haverem estes proibido o tráfico de escravos somente depois da interferência da Inglaterra. Assim, foram lançados, pelos militares, diversos ataques aos “legistas”, acusando estes de comportamento irresponsável, danoso para a sociedade.<sup>10</sup>

Acontece também uma fuga generalizada da cadeia de comando quando os descontentamentos são endereçados diretamente ao imperador, culminando essa maré montante no corte dos laços de lealdade ao trono : os militares acabaram por confundir a honra da própria classe com a honra da nação. Cumpre lembrar que em 1871 já havia sido criado, por Floriano Peixoto, o Instituto Militar, que tinha por escopo assumir a defesa dos militares. E logo depois, em 1887 eclodia a “questão militar” : os oficiais reivindicavam o direito de manifestar seu descontentamento em público, quando discordassem de atitudes tomadas pelos civis, ou até mesmo pelos próprios militares, mesmo que situados em posição hierárquica superior.<sup>11</sup>

A República, destarte, havendo sido, como entende Frank McCann, um ato de traição<sup>12</sup> a juramentos solenes de obediência ao imperador, não poderia criar um ambiente de segurança institucional. O próprio Deodoro afirmava numa carta dirigida a um sobrinho: “os brasileiros carecem da educação e do respeito para fazer a República funcionar...”<sup>13</sup>

Margarida de Souza Neves também é incisiva a respeito: “A hipótese de que a República brasileira foi, em sua origem, obra dos militares, resultado do descontentamento de setores do Exército... encontra respaldo nas versões

---

<sup>10</sup> “Com vossas tramas e violências eleitorais, com vossa corrupção, desmoralizando o povo tendes rebaixado e adulterado a representação nacional...” O Militar, 25/4/1855, citado por Fernando Henrique Cardoso in *História Geral da Civilização Brasileira* (O Brasil Republicano), tomo III. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2005. p.33.

<sup>11</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *O sistema oligárquico nos primeiros anos da República*. In: FAUSTO, Boris (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III-O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2005. p.33.

<sup>12</sup> MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria-História do Exército Brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2007, pp. 28-36..

<sup>13</sup> MCCANN, Frank D. Op.cit., p.37.

contemporâneas ao fato e na historiografia...”<sup>14</sup> (cumpre registrar aqui uma outra interpretação do contexto da época: José Ribeiro Junior entende que a proclamação da República aconteceu quando “o interesse regional e a ordem econômica e social interna do Brasil se aliaram aos fatores ideológicos de ordem externa”<sup>15</sup>).

Há que lembrar que, à época, a carreira militar era objeto de escárnio, os “praças eram em sua maioria homens que haviam sido coagidos fisicamente ao serviço militar, recrutados entre os menos instruídos e os mais pobres...”<sup>16</sup>

Some-se a essa imagem desagradável: o fato de o novo regime não possuir legitimidade para arriscar-se em eleições; não haver consenso sobre o que era afinal o republicanismo; a ambição pessoal (que veio a tornar-se conhecida pela denominação de “política dos apetites”) sobrepor-se na maior parte das vezes ao respeito pela cadeia de comando; a escalada de animosidades que acompanhavam as lutas pelos poderes regionais e que levaram no Rio Grande do Sul à deflagração de uma guerra civil, e detectaremos um conjunto de condicionantes que não sugerem – ao contrário, desestimulam fortemente – uma ambiência favorável a uma “história impregnada de sangue e iluminada de idealismo”...<sup>17</sup>

Maria do Carmo C. Souza, ao referir-se à eleição constitucional do presidente, que deveria ser levada a efeito pelo Congresso – numa das medidas necessariamente decorrentes da proclamação da república – lembra que o candidato natural ao cargo era Deodoro da Fonseca.

As medidas aplicadas por Deodoro, entretanto, nos âmbitos dos Estados – como por exemplo a nomeação de juntas governativas - descontentou alguns políticos, que acabaram apoiando o lançamento de uma chapa alternativa, com Prudente de Moraes como candidato à presidência.

Objetivando reunir as forças da bancada paulista com alguns setores do exército, foi lançado o nome de Floriano Peixoto como vice-presidente. A partir desse, momento, segundo Maria do Carmo C. Souza,

---

<sup>14</sup> NEVES, Margarida de Souza. *Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX*. In: FERREIRA, Jorge; Lucília de A.N. DELGADO (Orgs.) *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.27.

<sup>15</sup> RIBEIRO JUNIOR, José. O Brasil monárquico em face das repúblicas americanas. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: BCD União de Editoras, 2001, p.160.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 42.

<sup>17</sup> *Discurso do Professor Pedro Calmon, in: Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894*. Curitiba : Empresa Gráfica Paranaense Ltda, 1944, p. 23.

*Começou a ser colocada a questão de saber para que lado penderia a maior parte do grupo militar...*<sup>18</sup>

Não se pode perder de vista essa percepção generalizada da desconfiança da população com relação ao comportamento da caserna da época.

Tomem-se em consideração, por exemplo, as crônicas da Revolução Federalista contadas por Wenceslau Escobar, que narra a visão do conflito de um ponto de vista que ele chama de *não-partidário-da-legalidade*.

Seus apontamentos datam de 25 anos após os embates, e ele reclama da parcialidade que mancha todos os textos desse período que, segundo ele, desfiguram os fatos e até encobrem eventos repulsivos.

Afirma esse autor que, em junho ou julho de 1893, envidavam-se esforços no Rio Grande do Sul para obter recursos que possibilitariam mobilizar as forças destinadas tomar de assalto o Estado.

O Dr. Gaspar Martins (fundador do Partido Federalista, em 1892) comprou, em Montevideú, 1.000 Remingtons (tipo de fuzil, modelo de 1867, dentre aqueles adotados para uso pelo Exército).

Segundo Escobar, figurou como um dos principais interessados nessa venda “um irmão do então presidente da República”<sup>19</sup>.

Com o fito de se conseguir alguma imparcialidade no exame que ora estamos levando a efeito, somos compelidos a admitir que, embora alegue estar relatando os fatos com a preocupação da justiça e ausência de paixão, o próprio Escobar reconhece não ter a pretensão de escrever com absoluta isenção de ânimo<sup>20</sup>.

De qualquer maneira, pudemos resgatar ao longo de nossas pesquisas, evidências de que diversas pessoas, integrantes dos dois lados contendores, não concordam com a descrição de motivações vistas pelos que Escobar chama “partidários da legalidade”<sup>21</sup>.

Esse portanto o objetivo de nosso trabalho: estudar a influência real de “idealismos e ideologias ardorosamente encarnadas ” na conscrição e disciplina dos

---

<sup>18</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campelo. *O processo político-partidário na primeira república*. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: BCD União de Editoras, 2001, p.171.

<sup>19</sup> ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p.168.

<sup>20</sup> ESCOBAR, Wenceslau. *Ibidem*, p.4.

<sup>21</sup> *Idem*.

combatentes alinhados com a defesa do governo da recém-criada República brasileira, no âmbito da Revolução Federalista.

## IV O TECIDO MONÁRQUICO SE ESGARÇA

### IV.1 Recrutamento - Antecedentes

*“O Senhor vê : o Zé-Zim, o melhor meeiro meu... Pergunto : Zé-Zim, por que é que você não cria galinhas d’angola, como todo mundo faz? ... Quero criar não, me deu resposta. Eu gosto muito de mudar.”*

*Maria Cristina C. Wissenbach – Da escravidão à liberdade : dimensões de uma privacidade possível*

A autora que reporta o diálogo acima<sup>22</sup> esclarece que a mobilidade citada era sem dúvida resultado de um sistema que condenava homens pobres a uma vida marginal, mas observa também que não criar raízes era um meio de fuga de alistamentos forçados : qualquer indício de recrutadores e levadas inteiras da população demandavam o mato.

Fontes do início do século XIX já identificam uma “geral repugnância da população para a carreira das armas” e a “impossibilidade de manter os recrutas nas fileiras”.<sup>23</sup>

Há referências também a determinações escritas no sentido de alistar à força, quando não se apresentassem voluntários em número considerado suficiente pelas autoridades, com imposição inclusive de tempo mínimo de alistamento (nove anos), soldo simples e instruções para levar o conscrito preso até que a inconformidade do recruta fosse abrandada pela disciplina.<sup>24</sup>

Disposições como alistamento universal, sorteio para cobrir vagas não preenchidas, a substituição do alistamento por pagamento de certa quantia em dinheiro ou a possibilidade de apresentação de substitutos minaram a já pequena aura de seriedade concedida pela população ao serviço militar, e o ônus de preencher as vagas estabelecidas pelo Ministério da Guerra recaiu sobre os pobres e sobre os desapadrinhados.

O recrutamento era levado a efeito “a laço”<sup>25</sup>, ou “a pau e corda”. Nas malhas da conscrição caíam, normalmente, desocupados, criminosos e inaptos para

<sup>22</sup> WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à Liberdade: Dimensões de uma privacidade possível. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord. Geral) História da Vida Privada no Brasil. Vol. 3. República: Da Belle Époque à era do rádio. SEVCENKO, Nicolau (Org. do vol.) São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.57.

<sup>23</sup> CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p.19.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> David Carneiro, em Rastros de Sangue (Curitiba: Papelaria Max Roesner Ltda, [196?], p.3) refere-se às “guerras do sul, que originaram a expressão jocosa do voluntariado a laço...”

o trabalho, e as cadeias tornaram-se o melhor local para preencher as listas de conscrição.

Na Marinha a situação não se apresentava diferente. O Quadro a seguir Tabela 1) exhibe dados relativos a fontes de recrutamento e deserções, ao longo de 70 anos, entre meados do século XIX até início do século XX:

TABELA 1 - Fontes de recrutamento e deserções na Marinha, no período de 1850 a 1920

Ano	Voluntariado	Esc. de Aprendizizes	Outra <sup>26</sup>	Deserções
1850	1	-----	319	156
1888	64	431	511	360
1900	7	261	-----	127
1920	159	478	637	258

FONTE: Forças Armadas e Política no Brasil .José Murilo de Carvalho.p.21.

NOTA: O período do quadro original foi alterado para adaptar-se melhor ao período analisado na monografia.

A análise dos números mostra que o recrutamento forçado foi (com exceção do ano de 1900), na maior parte do período, a tônica da política de alistamento, e exhibe também o corolário da má impressão que a vida nos quartéis exercia sobre a população : o elevado número de deserções apontado.

Era com terror que a população examinava a possibilidade de ver-se chamada a defender, com armas, posições políticas que muitas vezes não entendia (e sobre cuja existência frequentemente nem era informada).

Com o advento da República, e buscando contornar os efeitos desastrosos causados por tal sistema de recrutamento, optou-se por uma solução denominada “de sorteio universal”, a qual recebeu significativa oposição (na imprensa, Congresso e organizações anarquistas) e só prosperou efetivamente em virtude da eclosão da Primeira Grande Guerra.

Poder-se-ia objetar a essa visão desabonadora de nossa cultura militar lembrando que o artigo 87 da Constituição de 1891 proibia o recrutamento forçado.

Ocorre que, como nos lembra Franck McCann <sup>27</sup>, a Constituição não ensinava como suprir a demanda por praças. A solução ? Pegar desordeiros e vadios nas ruas e, sob o título de “voluntários”, entregá-los no Exército. Ainda

<sup>26</sup> Trata-se quase exclusivamente de recrutamento forçado.

<sup>27</sup> MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria-História do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Editora Schwarcz, 2007.p. 80.

segundo o mesmo autor, um bem informado oficial contemporâneo afirmava que “todo soldado brasileiro, não importava o modo como houvesse ingressado no Exército, era sempre considerado um voluntário.”<sup>28</sup>

Um olhar mais longínquo nos mostra o Império libertando escravos em 1866 para lutar no Paraguai. Era-lhes prometida a liberdade caso se alistassem, e seus proprietários receberiam títulos de nobreza.

Embora no início das hostilidades hajam-se apresentado voluntários para combater Solano Lopez, tornou-se comum depois o envio de escravos para combater no lugar de seus proprietários, numa prática de substituição aceita pela sociedade.

O Duque de Caxias não aprovava o uso de escravos libertos no Exército, pois, segundo ele, causavam mau exemplo na tropa, por “serem indivíduos que não compreendem o que é Pátria.”<sup>29</sup> Não é de estranhar; não nos esqueçamos de são homens arrancados à força de sua verdadeira pátria, para trabalhar de graça e enriquecer os causadores de suas desgraças.

Não se deve entretanto generalizar tais fatos como sendo problemas ligados a simples discriminação racial.

Havia alistamento compulsório? Sim. Tal modalidade de conscrição acabava por carrear uma imagem negativa para o Exército, que assustava toda a população.

Porém Francisco Doratioto nos alerta de que alistamento obrigatório era um flagelo que aterrorizava não só escravos brasileiros, mas também a população paraguaia e os pobres brasileiros.<sup>30</sup>

Luís C. Batista corrobora o fato de o alistamento obrigatório atingir tanto o “escravo, o liberto e o negro livre como os brancos pobres, dado não existirem direitos individuais na monarquia constitucional escravocrata brasileira”<sup>31</sup>.

Prefaciando um livro do Capitão João Alves da Rosa Filho<sup>32</sup>, Wilson Bóia, membro da Academia Paranaense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do

---

<sup>28</sup> MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria – História do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Editora Schwarcz, 2007, p. 80.

<sup>29</sup> DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra. Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Editora Schwarcz, 2002, p. 274.

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> BATISTA, Luís C. *Guerra do Paraguai : peculiaridades do recrutamento*. Trabalho acadêmico (Estágio Supervisionado em Pesquisa Histórica). Curso de História da Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2º semestre de 2010.

Paraná, corrobora essa visão deprimente das características que envolviam a prática do Recrutamento:

*Não podemos esquecer que o Recrutamento acarretaria uma série de aborrecimentos aos governos de nossas províncias, frente aos métodos nem sempre humanos utilizados pelas autoridades. Recrutamento quase vexatório e que arrebanhava das áreas agrícolas o precioso braço humano e quase sempre funcionando como instrumento de perseguições políticas ou de vinganças pessoais. Tanto que os recrutadores, quando lhes era conveniente, faziam-se surdos às disposições regulamentares que isentavam do serviço militar não só os filhos considerados arrimos de pais velhos ou doentes como os jovens que já tivessem irmãos servindo à Pátria.*

Podemos inferir -da leitura de um artigo impresso no jornal Opinião Liberal-<sup>33</sup> quão pouca convicção da justiça da guerra tinha a população brasileira. O jornal atribuía a um capricho de nosso imperador a continuidade da luta. Era contestada no artigo a necessidade – apregoada pelo governo imperial - de lavar a honra nacional, uma vez que “... a honra que se entrega aos cuidados de galés e pretos minas não é honra, é uma mentira...”<sup>34</sup>

Enriquece a visão do quadro geral o exame de como se processava o recrutamento de oficiais no final do Império. Alguns oficiais confessaram haver entrado para o Exército como única maneira de custear os estudos, posto provirem de famílias pobres.<sup>35</sup>

---

<sup>32</sup> ROSA FILHO, João Alves da Rosa. Guerra do Paraguai. In: Episódios da História da PMPR. Vol. IV. Curitiba: Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, 1999.

<sup>33</sup> DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra. Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Editora Schwarcz, 2002, p. 275.

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.p.17.



#### IV.2 Disciplina e Cultura. As forças armadas e o ocaso do Império

*O Exército não se tornou o poder moderador na década de 1890...os oficiais estavam politicamente empenhados em assegurar suas promoções, nomeações e benefícios.*

*Frank D. McCann- Os Soldados da Pátria.*<sup>36</sup>

O ocaso do Império e a fase da República que vai da proclamação até o início da era Vargas caracterizaram-se, no que tange às Forças Armadas, por um esforço no sentido de adquirir a autonomia e organização necessárias para implementar uma política eficiente de defesa nacional.

O jovem oficialato desempenhou papel preponderante nesse projeto, e o fez muitas vezes manifestando-se em movimentos contestatórios, onde os alvos preferidos foram, de início, a Casa de Bragança e posteriormente, no período pós-República, as diretrizes políticas das unidades federativas.

No período imediatamente anterior à proclamação da República, à medida que os focos de indisciplina se multiplicavam, houve por bem o Imperador tentar reverter a maré montante revolucionária prodigalizando agrados para os militares, numa tentativa de buscar apoio em fração mesmo que pequena da força pública.

A tática mostrou-se inócua. O tom das queixas e exigências só fez aumentar.<sup>37</sup> Circulou certa feita o boato de que teria havido ordem de prisão a Deodoro. Indagado sobre a veracidade do boato, o Visconde de Ouro Preto<sup>38</sup> respondeu ao interlocutor carecer de fundamento aquela informação. “Ainda bem”, respondeu o interpelante. – “Ainda bem por quê?” continuou o Visconde.

- “Porque a ordem não seria cumprida”.<sup>39</sup>

Quando contestadores vestem fardas, instala-se sempre algum tipo de desestabilização perigosa.

É durante esse período, também, que militares e representantes de grupos econômicos aliam-se na “promoção e defesa de interesses comuns”.<sup>40</sup>

<sup>36</sup> MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Editora Schwarcz.p. 15.

<sup>37</sup> CARNEIRO, David. *O Cerco da Lapa e seus heróis: Antecedentes e consequências da Revolução Federalista no Paraná*. Rio de Janeiro Editora Ravaro, s/d., p.17.

<sup>38</sup> Último presidente do Conselho de Ministros do Império.

<sup>39</sup> CARNEIRO, David. Op. cit., p. 21.

<sup>40</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p.60.

Examinando movimentos sociais, revoluções e violências do Estado, Frank D. McCann cita o etno-historiador Anthony F.C.Wallace e sua teoria da revolução aplicada à América Latina.<sup>41</sup> Tal teoria divide as revoluções em dois tipos : aquelas levadas a efeito com base na “política dos apetites” e outra ancorada em uma “política de identidade”.

A política de identidade presta-se para identificar um “movimento de revitalização, um esforço deliberado e organizado por alguns membros de uma sociedade para construir uma cultura mais satisfatória”.<sup>42</sup>

Nas revoltas de Canudos e do Contestado percebemos essa marca, característica de emersões de sentimentos religiosos profundos, e vontade de salvar almas.

Ao derrubar as estruturas do Império, oficiais e representantes da elite ‘paisana’ da República pretendiam simplesmente assenhorear-se dos instrumentos de poder; inexistia convicção filosófica ou política com vistas a alterar em profundidade estruturas sócio-econômicas. Nunca se pretendeu alargar as vias de acesso a uma maior participação política da sociedade, nem ampliar-lhe as chances de aprimorar a educação. Merece referência o fato de que, antes de 1930, em nenhum momento a relação entre pessoas com direito a voto e a totalidade da população ultrapassou 3,5 %<sup>43</sup>.

A esse conjunto de motivações denomina-se política de apetites, e percebe-se com clareza que um dos desdobramentos dessa conjunção de interesses individuais tenha sido dificultar a estruturação de um Exército leal e disciplinado.

E problemas com disciplina militar avultam ao longo dessa caminhada. Que o diga o imperador D. Pedro II: nos anos 80 do século XIX já se registra preocupação da casa dinástica com a lealdade dos quartéis.

Os oficiais que lutaram na campanha do Paraguai sentiam-se desprestigiados, o soldo era pequeno, o sistema de promoções moroso e injusto. Campeava o apadrinhamento como método de elevação na hierarquia castrense, a missão oficial das forças armadas não estava claramente definida, e a farda era chamada frequentemente para resolver casos de fugas de escravos.

---

<sup>41</sup> MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria, História do Exército Brasileiro.1889 – 1937. São Paulo: Editora Schwarcz, p. 17.

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> SCHWARTZMAN, Simon. Bases do Autoritarismo Brasileiro. Rio de Janeiro : Campus Ltda, 1982.

Têm início os questionamentos públicos da política imperial. Oficiais em diversas ocasiões insurgem-se contra as ordens de caçar escravos, e multiplica-se a adoção de critérios particulares ou de grupos localizados para examinar a conveniência ou não de se obedecer ordens.

A fundação do Clube Militar coroa a escalada dos interesses do oficialato: formou-se um fórum de militares para discutir assuntos do mais alto interesse da nação fora da estrutura do Exército.

O ápice dessa desconstrução dá-se com a quebra de lealdade à Coroa. Como lembra Frank D. McCann, “os oficiais e praças que participaram dos acontecimentos de 15 de novembro de 1889 haviam decidido transgredir a lei que governava suas vidas”. E mais : “Para estabelecer uma nova ordem, a ordem antiga teve de ser traída, mas nesse processo a nova nasceu com a mancha da traição”.<sup>44</sup>

Não podia a República, como rebento suspeito desse conchavo da política de apetites, gerar um clima de respeito à ordem instituída. A ambição dos oficiais era espicaçada pelo novo prestígio alcançado pelos militares, e mesmo a palavra republicanismo recebia tal diversidade de interpretações que ficava comprometida qualquer possibilidade de unificação de propósitos ou de ideário político.

Não era o Exército a única Instituição onde havia problemas de obediência. O Coronel Carneiro (que viria a tornar-se herói na defesa da Lapa), chamado a dar apoio a Floriano logo após os eventos de 15 de Novembro, comandava na ocasião o Corpo de bombeiros do Rio de Janeiro. Os oficiais do Corpo eram desleais e indisciplinados. Consta que para não cometer um desatino, quando provocado por um ato cínico de um de seus subordinados, Carneiro esmurrou a mesa com tanta força que quebrou um dos dedos da mão<sup>45</sup>.

Outro incidente envolvendo o Coronel Carneiro diz respeito à nomeação do General Pego Júnior como comandante do 5º Distrito Militar (e por consequência superior hierárquico do Coronel Carneiro).

Pego Júnior era monarquista convicto. Certa feita, tendo ido à casa do Cel. Carneiro para despedir-se da família deste (pois havia sido enviado para Curitiba),

---

<sup>44</sup> MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Editora Schwarcz. pp 36-37.

<sup>45</sup> CARNEIRO, David. *O Cerco da Lapa e seus heróis: Antecedentes e consequências da Revolução Federalista no Paraná*. Rio de Janeiro Editora Ravaro, s/d.p.17.

<sup>45</sup> CARNEIRO, David. Op.cit., p. 67.

expressou-se em termos grosseiros com relação à República, “para a qual orgulhava-se e jactava-se de não haver contribuído...”<sup>46</sup>

Era para esse general que o Coronel Carneiro, republicano intransigente, deveria reportar-se enquanto tentando barrar a passagem dos maragatos.

Adensando ainda mais as nuvens escuras sobre o céu republicano, uma redação absurda na seção da Constituição que trata das Forças Armadas determinava obediência dos militares ao presidente, mas “nos limites da lei”<sup>47</sup>. Não há como fugir de um raciocínio inquietante : Quem decide se as ordens do presidente estão dentro da legalidade? O pessoal que enverga a farda?

Ressalta desse quadro uma dúvida: pode tal plethora de sentimentos e aspirações, mais ligadas a ambições pessoais que a um profissionalismo ancorado firmemente em um rígido código de honra e disciplina, gerar confiança em “voluntários” dispostos ao sacrifício extremo, o da própria vida? Consegue instalar nos quartéis a ordem necessária, obrigatória mesmo, num ambiente em que se decide atos de violência, praticada no caso contra irmãos da mesma pátria?

---

<sup>46</sup> CARNEIRO, David. *O Cerco da Lapa e seus heróis: Antecedentes e consequências da Revolução Federalista no Paraná*. Rio de Janeiro Editora Ravaro, [ca.1934]. p.75.

<sup>47</sup> BRASIL.Constituição (1891). Constituição : República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, Congresso Constituinte, 1891.Art. 14.

## V Depoimentos de combatentes que viveram as refregas

De 7 a 10 de fevereiro de 1944, numa homenagem ao cinquentenário da Revolução Federalista, foi organizado Pelo Governo do Estado do Paraná o Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894.

O Paraná, nas palavras do Dr. Loureiro Fernandes, Presidente à época do Círculo de Estudos Bandeirantes, “...não poderia ficar alheio a esse evento, mormente pelo vulto que o seu episódio regional, o cerco da Lapa, assumia nos festejos”...<sup>48</sup>

É importante registrar uma parte do discurso proferido pelo Dr. Loureiro Fernandes quando da instalação da Terceira Sessão de Estudos do referido Congresso, comentando o trabalho apresentado pelo Dr. David Carneiro, eminente historiador paranaense:

*... na redação do trecho lido vejo um risco de generalização, e a propósito quero fazer um pequeno reparo, pois todas as generalizações, particularmente em História, são sempre perigosas...*<sup>49</sup>

É preciso não esquecer tal consideração quando da leitura de alguns depoimentos feitos no referido Congresso (que refutam panegíricos generalistas com referências a uma “história impregnada de sangue e iluminada de idealismo”...<sup>50</sup>) e que passo a apresentar .

Pode ser esclarecedor observar em que contexto maior tais depoimentos foram feitos: em decorrência do encontro, em Teerã, entre Stalin, Churchill e Roosevelt (28.11.1943) já estão sendo coordenados ataques em direção ao solo germânico, com preparativos para o iminente estabelecimento de cabeças-de-ponte na Normandia. No Brasil a ditadura do Estado Novo ressentia-se da desconfiança e aversão provocados pelo nazi-fascismo.

É importante registrar que os depoimentos contidos nos Anais do Congresso, até aqui inexplorados pelos historiadores, constituem um manancial de informações que desconfirmam em grande medida mitos de ardorosa convicção republicana em episódios como os do Cerco da Lapa e, por extensão, da Revolução Federalista.

<sup>48</sup> ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1894. Edição do Governo do Estado do Paraná. Curitiba: Empresa Grafica Paranaense Ltda, 1944. p.13.

<sup>49</sup> Op.cit, 1944.p.31.

<sup>50</sup> Op.cit, 1944.p.23.

Resta entender como e porque tais falas foram enunciadas naquele momento histórico, a que interesses atendiam, o que pretendiam ao criticar os mitos em questão. Pode-se colocar aqui como perspectiva de estudo futuro o entendimento da súbita aparição desse tipo de discurso.

Diversas declarações feitas pelos próprios oficiais envolvidos nos combates dão conta da preocupante falta de disciplina dominante no meio militar. Alinho a seguir alguns depoimentos dados por comandantes de tropas que tomaram parte nos teatros de operações :

José Niepce da Silva – Engenheiro civil, oficial florianista, depois coronel da reserva do Exército. Já em 1893, com a idade de apenas 17 anos, integrava uma das colunas do 4º Batalhão de Infantaria, enfrentando as tropas revolucionárias vindas do sul.

Teve divulgada postumamente sua obra *Ecos da Revolução de 1893*, no Paraná. O preâmbulo da obra foi apresentado ao Congresso de História pelo filho do autor, o professor Dr. Aryon Niepce da Silva.

Mas ouçamos o jovem alferes discorrendo sobre um corpo de voluntários formado em 1893 para auxiliar o governo central :

*Ei-los que desfilam, plenos de garbo, anchos de convicções bélicas...Depois, pouco a pouco se foram tais vultos eclipsando... Estapafúrdio que largassem suas cômodas posições para dormir em tarimbas catingentas e sórdidas ...além de sujeitos às soturnas perspectivas de prováveis refertas vermelhas...*<sup>51</sup>

O mesmo oficial, comentando a retirada de Curitiba, após tomada de Paranaguá pelos marujos de Custódio de Mello:

*.... E assim, com pouco, se desdobrava o impressionante espetáculo da debandada geral, em Curitiba...Sentinelas largando os postos, em pleno dia, deixavam nas guaritas as carabinas ou as espadas, saindo a correr, ruas a fora; ginetes rapidamente aprestados para curtas jornadas, galopavam aos grupos, para as portas da cidade... Nas próprias casernas, já vazias de soldados, o populacho desenfreado depredava...Já nessa altura, Vicente Machado, vice-governador em exercício, seguia rumo de Castro, ao mesmo tempo que o comandante do 5º Distrito Militar procurava os Campos Gerais, embarcando num trem da E.F. Paraná...Era a retirada em regra...*<sup>52</sup>

Ainda José Niepce da Silva, comentando o desenrolar de missão destinada a contatar milicianos acampados na Grota Funda, em plena Serra do Mar:

<sup>51</sup> ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1894. Edição do Governo do Estado do Paraná. Curitiba: Empreza Gráfica Paranaense Ltda., 1944, p.98.

<sup>52</sup> Ibidem, p.101.

*...À frente, nós, oficiais. À retaguarda, a soldadesca esgueirava-se, num silêncio cerimonial...*

*No marasmo em que a vigília e o ininterrupto da marcha nos haviam mergulhado o organismo, os frescores da alvorada logravam o dom de convocar atuações de forças novas...*

*Olhamos então para trás...Inesperada e quase grotesca surpresa aí nos estava reservada... A soldadesca eclipsara-se e apenas restava um homem..*

O mesmo Niepce da Silva, discorrendo sobre o deslocamento de tropas entre Piraí e Castro, comenta de maneira cruel sobre o acantonamento de um magote num sopé da Serra das Furnas:

*Nada porém mais precário nem inepto, pois bastaria algumas dúzias de maragatos ao topo dos cerros circundos, para com simples pedrículos arremessados sobre o acampamento produzirem pânico de consequências incalculáveis naquela massa pouco amestrada nos árduos misteres da guerra...*<sup>53</sup>

General Mário Tourinho - foi Chefe do Governo Provisório e interventor no Paraná após a revolução de 1930. Seguiu a carreira militar chegando a general de Divisão, havendo lutado com o Coronel Gomes Carneiro no Cerco da Lapa. Seu irmão, o tenente-coronel Plínio Alves Tourinho, foi comandante militar revolucionário no Paraná e chefe da Revolução de 1930 no Estado. Um de seus filhos, o professor Luiz Carlos Pereira Tourinho, viria a ser presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, nas décadas de 1980 e 1990<sup>54</sup>.

Seu depoimento encontra-se transcrito na Segunda Secção do Congresso, e discorre sobre a ação militar na Revolução de 1894, sob o título de Estudo das Tropas de Choque- Memória do Cerco da Lapa, Expedição Argollo.

*Os graves acontecimentos ocorridos no cenário político do País em 1893 ... tornaram seriamente perigosa a estabilidade da nova instituição republicana...*

*As guarnições militares, principalmente do sul do País, não poderiam fugir, como não fugiram, da influência nefasta da política nos quartéis...*

*Vieram os choques pessoais e atos de deplorável desobediência. Os fatos precipitam-se e agravam-se de tal modo que certo dia os oficiais federalistas dirigem-se ao quartel-general e procuram coagir o comandante do distrito a aderir à revolução. Era o auge da indisciplina...*<sup>55</sup>

<sup>53</sup> ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1894. Edição do Governo do Estado do Paraná. Curitiba: Empresa Grafica Paranaense Ltda., 1944, p. 116.

<sup>54</sup> OLIVEIRA, Ricardo Costa de. O silêncio dos vencedores. Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.pp.120 e 291.

<sup>55</sup> ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1894. Edição do Governo do Estado do Paraná. Curitiba: Empresa Grafica Paranaense Ltda, 1944.p.139.

O General Mário Tourinho, citando David Carneiro, historiador paranaense, contabiliza o número de combatentes colocados à disposição do General Carneiro, herói do Cerco da Lapa:

*...o grosso do efetivo em número de mil aproximadamente era constituído de patriotas ...alistados à última hora pelo saudoso coronel Lacerda ...Eles se batiam pelo seu coronel e longe dele não se bateriam com ardor e talvez nem mesmo se batessem...*<sup>56</sup>

David Carneiro (ca.1934,p.77) completa a afirmação acima, estabelecendo que “a caboclada que se bateu patrioticamente na Lapa, sem jamais ter recebido um tostão de soldo, sem a menor recompensa ou referência pessoal, bateu-se pelo Coronel Lacerda, seu amigo, chefe, padrinho ou credor ...”<sup>57</sup>

Carneiro confirma essa visão alhures. Ele afirma que “Lacerda tinha todos os seus homens presos à sua gaveta ou ao seu coração, quando não a ambos, como chefe político rico, prestigioso e valente” (ca.1934,p.77).

Ainda o Gal. Mário Tourinho, comentando o embarque do Gal. Pego com destino à Lapa, para fazer junção com o Cel. Carneiro, estando já formado o cerco daquela praça:

*“...na impossibilidade de prosseguir, o general regressou a Curitiba, de onde partiu, na madrugada seguinte para São Paulo, com cerca de 70 homens, oficiais e praças, que tantos foram os que ficaram ao seu lado, fiéis à legalidade. Já na véspera... as deserções se tinham dado em massa, não tendo embarcado mais de uns 400 homens, que também se evaporaram, depois do regresso a Curitiba...”*<sup>58</sup>

O mesmo general, discorrendo sobre os instantes finais do cerco, quando Carneiro ainda corria incansável toda linha de defesa :

*“Já nessa altura do cerco ... os de ânimo mais fraco começaram a abandonar seus postos, desertando...”Tomou tal vulto o número de desertores que foi criada uma faxina especial para arrecadar todas as manhãs as armas sem dono encontradas nas trincheiras...”*<sup>59</sup>

<sup>56</sup> ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1894. Edição do Governo do Estado do Paraná. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense Ltda., 1944, pp.151-152.

<sup>57</sup> CARNEIRO, David. O Cerco da Lapa e seus heróis: Antecedentes e consequências da Revolução Federalista no Paraná. Rio de Janeiro: Ravaro, [ca 1934]

<sup>58</sup> ANAIS . Op. Cit., p.159.

<sup>59</sup> Ibidem, p.163.



Nessa fase da luta, os mortos, os feridos, os doentes e principalmente os desertores fizeram cair assustadoramente o efetivo da guarnição...<sup>60</sup>

Cel. Pedro Cordolino de Azevedo – Oficial florianista, Professor de História Militar na Escola Militar do Realengo, foi aluno do General Pego Junior<sup>61</sup>, na Escola Militar da Praia Vermelha, e aluno da Escola Preparatória e de Tática do Realengo. Participou do teatro de operações da Revolução Federalista. Escreveu um livro a respeito do tema : O Marechal Pego Junior e a invasão do Paraná.<sup>62</sup>

*Por aquela época, como de resto em todos os tempos em nosso País, só havia um meio conhecido para fazer face às necessidades de aumentar os efetivos : ou o recrutamento forçado, denominado na gíria de “voluntários de pau e corda”, ou a convocação de patriotas, acrescida da mobilização de uma guarda nacional hipotética, como se tal organismo militar pudesse ser mobilizado, ela que só dispunha de oficiais cujas patentes ou eram compradas ou eram dadas em paga de serviços políticos... Excetuando-se alguns elementos que patriótica e honestamente se alistaram nos batalhões, os que se apresentaram aos quartéis o fizeram por promessa de pagamento de ótimo soldo para a época – 4 mil réis diários”... O recrutamento forçado, como sempre, recaía nos inimigos, nos adversários políticos<sup>63</sup>.*

Ainda o Cel. Cordolino de Azevedo, discorrendo sobre a “Brigada Provisória”, à disposição do General Argolo :

*Está visto que com tais elementos não seria possível a um Chefe poder realizar a missão que lhe fora imposta e o próprio Coronel Bormann declara a inconveniência de ser aquartelada a Guarda Nacional de Palmas por não ser ela de confiança, pois que apenas 5 % de seu pessoal era de amigos do governo. O resto tinha profundas simpatias pela revolução...”Em sucessivos informes ao General Argolo aquele coronel insistia na falta de confiança que inspirava aquela Guarda Nacional... pois que os guardas nacionais só esperavam o momento de serem armados para então se evadirem e carregar o armamento. O que se passava com a milícia de Palmas era o mesmo com a do resto do Estado<sup>64</sup>.*

Comentando a queda de Paranaguá , a situação em Curitiba, os bombardeios sobre a Lapa, o julgamento do General Pego:

*O pânico se estabeleceu na cidade. A guarda nacional, apavorada, debanda. Pânico... reinava em Curitiba, onde as deserções se davam em massa...<sup>65</sup>*

<sup>60</sup> ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1894. Edição do Governo do Estado do Paraná. Curitiba: Empresa Grafica Paranaense Ltda., 1944, p.165.

<sup>61</sup> Professor na Escola Militar da Praia Vermelha, teria sido vítima de um erro judiciário que o considerou culpado em circunstâncias relacionadas às conflagrações da Revolução Federalista. ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1894. Edição do Governo do Estado do Paraná. Curitiba: Empresa Grafica Paranaense Ltda, 1944, p.189.

<sup>62</sup> Ibidem, p.190.

<sup>63</sup> Ibidem, p.197.

<sup>64</sup> Ibidem, p.198.

<sup>65</sup> Ibidem, p.208.

*Apesar do exemplo do Chefe(Cel. Carneiro) e de sua palavra eloquente, ... as deserções continuavam, e no batalhão de reserva , segundo testemunho de vista, elas foram quase totais...*<sup>66</sup>

*Na noite de 17/18 em que se passou trabalhando no recebimento e encaixotamento de munição e armamento, começaram a se acentuar as deserções.*<sup>67</sup>

*Eis aí a que se reduziu a retirada do general Pego... um general que estava há apenas um mês no comando ... não pode e jamais poderá se impor ao respeito das mesmas quando a elas falta o hábito da disciplina...*<sup>68</sup>

*A retirada de Morretes se fez ante a traição e deserção das tropas de Antonina*<sup>69</sup>

*...as deserções se acentuando e suas forças não passando muito de 200 homens, e não havendo esperança de melhorar aquele estado de coisas, pois as deserções aumentavam a cada hora, chegando a 50 % do total ...*<sup>70</sup>

Dr. Filippe Maria Wolff – Nascido em Augusburg, Alemanha, em 6 de junho de 1835, chegou a São Bento do Sul em 1877. Praticava a Medicina. Participou da Revolução Federalista. Em 19 de novembro de 1893 é convidado a unir-se às forças florianistas, e participou do cerco da Lapa, como oficial médico. Escreveu um diário no período em que esteve naquela praça de guerra (de 19 de novembro de 1893 a 8 de março de 1894), assistiu diversos heróis florianistas em seus momentos finais, entre eles o Coronel Dulcídio e o General Carneiro.

*Incomoda-me o tom de camaradagem com que os subalternos tratam seus superiores...*<sup>71</sup>

*Os mortos, feridos, doentes e desertores haviam feito o efetivo da guarnição cair para uns 500 homens, dos 900 que existiam no começo...*<sup>72</sup>

*O alferes Teodoro de Mello, ao meio-dia, teve uma violenta cólica de fígado. Febre alta, mais de 40 graus. Os médicos foram convocados apressadamente... Segui para a casa do doente. O Dr. Albernaz se atrasou, chegando somente quando eu já tinha terminado o exame do paciente e a receita. Devido a essa negligência o (Cel.) Carneiro ditou-lhe prisão domiciliar por vinte e quatro horas... Fui ver o doente quatro vezes, fazendo a última visita altas horas da noite. Enquanto isso, Albernaz “tocava flauta” em casa...*<sup>73</sup>

*Quando abri a porta, que de costume não é fechada, revelou-se ao meu olhar atônito um quadro galante: meus dois colegas de ambulatório e o capitão Branedes na companhia alegre de três meretrizes, sentadas em seus regaços e com as quais brincavam de maneira obscena...*<sup>74</sup>

*Não tenho quem me ajude no hospital. Nada reclamei, mas o Cel. Carneiro... advertiu o Dr. Albernaz e o Guimarães (enfermeiro) de tal forma que, quando cheguei ao hospital lá encontrei, com grande admiração, o Dr. Albernaz, Guimarães e o enfermeiro Ribeiro, ocupados em pôr*

<sup>66</sup> ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1894. Edição do Governo do Estado do Paraná. Curitiba: Empresa Grafica Paranaense Ltda., 1944, p. 213.

<sup>67</sup> Ibidem, p.220.

<sup>68</sup> Ibidem, p.222.

<sup>69</sup> Ibidem, p.233.

<sup>70</sup> Ibidem, p.237.

<sup>71</sup> LACERDA, Francisco Brito de. *Cerco da Lapa: Do começo ao fim*. Curitiba : Editora Lítero – Técnica, 1985, p.50.

<sup>72</sup> LACERDA, Francisco Brito de. Op. cit.,p.126.

<sup>73</sup> LACERDA, Francisco Brito de. Op.cit., pp. 54-55.

<sup>74</sup> LACERDA, Francisco Brito de. Op.cit., p.59.

*sanguessugas na perna do ferido Antonio de Oliveira...Mas em pouco tempo eles foram embora. Passei a trabalhar bastante, de ontem para cá chegaram diversos feridos...prescrevi remédios para outros doentes e ainda cuidei da economia da casa, atribuição que me foi dada pelo comandante, resultando de tudo isso um trabalho superior ao que era justo. Nesse meio tempo chegaram o Dr. João Cândido e o Dr. Paula Xavier, constatando a sobrecarga de trabalho que me foi atribuída e a absoluta falta de cooperação e atenção de meus auxiliares...*<sup>75</sup>

A historiografia aponta alguns fatos da época que devem ser trazidos a debate quando se pretende efetuar um exame como o que ora levamos a efeito : o Marechal de Ferro, ao perceber o perigo advindo do deslocamento de forças sediciosas provenientes do extremo sul, comete ao General Francisco de Paula Argolo a tarefa de conter os federalistas no Paraná, antes que chegassem a São Paulo.

Chegando em Curitiba, o general Argolo percebe a precariedade de sua situação: guarnição exígua, falta de armamentos. Como equipar os *provisórios* (recrutados reunidos pelo governador Vicente Machado)? Pedro Calmon<sup>76</sup> registra a evolução dos esforços do comandante : “Com louvável, mas balçada atividade, tratou de organizar em Paranaguá e Antonina uma defesa qualquer... (os grifos são meus).

Seu trabalho não surtiria resultados favoráveis. E o comandante enviado para substituí-lo, o General Pego, teria agido de forma precipitada<sup>77</sup>, ao abandonar Paranaguá e fugir para a capital paranaense.

Posteriormente, continua Pedro Calmon, os retirantes – em torno de 600 soldados, que “podiam ter salvo a Lapa, se fossem sérias as disposições de luta - partem para Itararé e Sorocaba, “numa caravana veloz, fugitiva...”<sup>78</sup>.

Outros historiadores nos trazem também relatos que devem ser incorporados ao conjunto de informações existentes sobre a Revolução dos Maragatos.

<sup>75</sup> LACERDA, Francisco Brito de. Cerco da Lapa: do começo ao fim. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, 1985, p.64.

<sup>76</sup> CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1959. Tomo 6.p. 1969.

<sup>77</sup> Op.cit., p.1970.

<sup>78</sup> Op.cit., p. 1970. De regresso ao Rio, o general foi preso, submetido a conselho de Guerra, condenado à morte e afinal absolvido pelo Supremo Tribunal Militar, que o considerou inocente. Leia-se, em defesa do general, o livro do Coronel Cordolino de Azevedo, O Marechal Pego Júnior e a invasão do Paraná, Rio, 1944, p.40.

Glauco Carneiro analisa os ataques desfechados pelas divisões de Gumercindo e Aparício Saraiva, Laurentino Pinto, Juca Tigre e outros chefes maragatos contra a fortaleza defendida pelo Coronel Carneiro, na cidade da Lapa.

Por quase um mês a cidadela sofreu assédio inclemente, canhoneio ininterrupto, assaltos a bala e a baioneta, amargando falta de munições e comida, bem como de material hospitalar.

Carneiro solicitou diversas vezes auxílio à Divisão do Norte e à capital do estado paranaense, em vão. “Ninguém lhe acorreu”.<sup>79</sup>

Há uma outra referência às dificuldades enfrentadas pelo Coronel Carneiro no que diz respeito a obter auxílio dos colegas de farda, com a velocidade e empenho que as situações de guerra exigiam.

O Coronel Carneiro havia elaborado um plano para deter os maragatos – e esse plano requeria apoio de uma coluna florianista que deveria fixar-se em Palmeira, no Paraná.

Floriano incumbe um veterano do Paraguai, o Coronel Pimentel, de comandar a tal coluna. Lembre-se que a essa altura dos acontecimentos (dezembro de 1893) já as divisões federalistas de Piragibe (líder maragato) assediavam a Lapa.

Gomes Carneiro insistia que as forças de São Paulo (comandadas pelo Coronel Pimentel) forçassem a marcha, pois não conseguia sozinho barrar o avanço dos revolucionários.

Sabedor do sentimento de urgência de Carneiro, e constatando a lentidão com que a coluna de Pimentel avançava rumo ao sul, o Marechal Floriano fez o seguinte comentário a respeito deste :

“Vejo agora com profundo pesar que esse Coronel [Pimentel], já com um mês de marcha, não chegou a Castro. Quer isso dizer que, para reunir-se ao Coronel Carneiro será preciso talvez mais de um ano...”<sup>80</sup>

O historiador David Carneiro escreveu um romance, *Rastros de Sangue*, em que ele tece uma história de amor entre uma moça de Curitiba (Júlia de Castro) e seu noivo (Carlos Antonio Balster), que luta como um dos defensores da Lapa. O romance, embora obra de ficção, é ambientado em situações históricas reais

---

<sup>79</sup> CARNEIRO, Glauco. *História das Revoluções Brasileiras*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro S.A., 1965.p. 84.

<sup>80</sup> CARNEIRO, David. *O Cerco da Lapa e seus heróis. Antecedentes e consequências da Revolução Federalista no Paraná*. Rio de Janeiro Editora Ravaro, s/d., p.85.

ocorridas em Curitiba e na Lapa (David Carneiro escreveu diversos livros a respeito da Revolução Federalista) nos anos de 1893 e 1894.

Em carta escrita ao noivo, Júlia informa as últimas notícias : no dia 25 de janeiro de 1894 o Paraná havia sido todo tomado pelos maragatos, que após a queda da Lapa adentraram em uma Curitiba desarmada e sem reação.

A população “levantava agora, sob a égide revolucionária, batalhões garibaldinos, polono-brasileiros, teuto-brasileiros,...”<sup>81</sup>

A missivista aponta, entretanto, sua desconfiança a respeito desses “alistamentos” (observe-se que agora feitos para engrossar as fileiras dos federalistas):

*Parece-me que a maioria desses soldados são apenas de casca. Se no fundo não forem, não estarão apenas desejando demonstrar um entusiasmo que no fundo não possuem, para, pela adesão, poderem salvar as propriedades e as vidas?*<sup>82</sup>

Em outro capítulo do livro, o mesmo historiador revela que enquanto a Lapa mantinha valente defesa aconteceram poucas adesões ao federalismo em Curitiba.

Vencida a cidadela do Coronel Carneiro, cresce o entusiasmo dos soldados de última hora, simpatizantes retardatários das hostes maragatas. É que o risco imediato já não existia.

“Por isso, por toda parte pipocavam batalhões. Os oficiais se exibiam, desejosos de ser vistos, garbosamente uniformizados, a arrastar sabres ante as damas...”<sup>83</sup>

Embora a trama do casal protagonista haja sido romanceada, David Carneiro ambientou o drama em situações coletivas reais, a saber, batalhas, deslocamentos e comportamentos de soldados, cidades envolvidas, avanços e recuos dos exércitos beligerantes.

Merece comentário, assim, o registro feito em ofício dirigido pelo Regimento de Segurança ao Sr. Governador do Estado do Paraná, datado de 19 de abril de 1895, que não deixa dúvidas a respeito de uma reconscrição havida na Lapa, após a rendição acontecida em 11 de fevereiro do mesmo ano.

A Ata de Capitulção concedeu liberdade e transporte aos oficiais rendidos, mas não às praças, que foram obrigadas a acompanhar as forças revolucionárias<sup>84</sup>.

<sup>81</sup> CARNEIRO, David. Rastros de Sangue. Curitiba:Papelaria Max Roesner Ltda,s/d., p.38.

<sup>82</sup> CARNEIRO, David. Op. Cit., p.39.

<sup>83</sup> CARNEIRO, David. Op. Cit., p.61.

O Sr. Presidente da República concedeu, no dia 1º de janeiro de 1895, indulto aos recondicionados.

Rosa Filho, outro historiador, credenciado pela Polícia Militar do Paraná para tornar pública a história daquela corporação, informa também que:

*...por meio de pressões ou promessas, foram refeitos alguns dos batalhões do Exército que tinham suas sedes em Curitiba... Para tanto, houve uma convocação geral dos oficiais e praças, e os que não se apresentassem no prazo de 48 horas seriam considerados desertores em tempo de guerra, cuja penalidade seria o fuzilamento ou degola...*<sup>85</sup>

A respeito dos batalhões patrióticos, tantas vezes citados na historiografia oficial, é bastante revelador o teor de conversa mantida entre o Coronel Carneiro e o chefe político da Lapa Joaquim Lacerda, registrado no livro *Vento Leste nos Campos Gerais*, de autoria de Rubens Mário Jobim.

Jobim nos conta que, certa feita, após insistentes pedidos de ajuda feitos pelo Coronel Carneiro, o General Pego mandou-lhe informar estar organizando alguns batalhões patrióticos para auxiliar na defesa da Lapa.

O Coronel Carneiro, já escolado tantas vezes, devolveu de bate-pronto:

*“Os repetidos e cada vez mais revoltantes casos de covardia e pânico das forças patrióticas daqui convenceram-me de que é pura perda de tempo do governo o fardamento de tais forças...”*<sup>86</sup>

Acrescenta o Coronel, para encerrar de vez o diálogo, que não poucas vezes, além de fugir ao embate, ainda deixavam como prêmio de guerra ao inimigo as armas e munições abandonadas.

O fecho da resposta era ainda mais deprimente : “Deus me livre dos patriotas”.<sup>87</sup>

No que diz respeito aos registros trazidos pelos Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894, os testemunhos têm peso e crédito que não podem ser desconsiderados. Foram declarações feitas por oficiais florianistas, ou seja, integrantes de postos superiores na hierarquia militar do exército em cujo seio irromperam os fatos que ora analisamos. Repetimos – não se trata de acusações lançadas por desafetos ou inimigos. Além do que representam a opinião de

<sup>84</sup> ROSA FILHO, João Alves da. *Epopéia da Lapa*. In *Episódios da História da PMPR*, Vol. III. Curitiba: Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, 1999.p.13.

<sup>85</sup> Op.cit.,p.13.

<sup>86</sup> JOBIM, Rubens Mário. *Vento Leste nos Campos Gerais*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Ltda.,1952.p.65.

<sup>87</sup> Idem.

destacadas personalidades de nosso panteão de vultos históricos, merecedores do respeito de diversas gerações.

E referidos testemunhos apontam para esta direção: no âmbito do Exército que defendia o governo de Floriano, quando dos eventos ligados à Revolução Federalista, o recrutamento era efetuado, grande número de vezes, à força, e excetuados honrosos casos isolados, a indisciplina fazia-se presente nos quartéis, em todos os níveis .

A situação coloca um problema: como conciliar os fatos narrados com os diversos textos laudatórios da memorialística oficial?

## VI Abordagem de uma conveniência – o imaginário da República

*“... filha da desgraça, a história é também a serva do poder...”*

Guy Bourd e e Herv e Martin

O risco de a História submeter-se aos desígnios dos poderosos nunca será excessivamente alertado.

Já na Idade Média Jean Froissart (1337-1410) recolhe informações para relatar a questão franco-inglesa, mas ao fazê-lo alterna suas simpatias (ora inclina-se em favor dos ingleses, depois manifesta sua simpatia pela causa francesa), e acaba por imortalizar-se nos anais históricos pela alcunha de “historiador sustentado”, dada sua característica de hóspede de diversas casas principescas.<sup>88</sup>

Posteriormente um escriba   convidado (“sustentado”)<sup>89</sup> pelos Capetos para imortalizar as Grandes Cronicas de França, dando prosseguimento a essa incompatibilidade eterna, a do conflito de interesses entre o af  de interpretar os fatos com isen o, e a necessidade de bajular os que põem comida na mesa do historiador.

Pens es fixas e gratificações de soberanos, cronistas a soldo e paneg ricos servidos “a la carte”. O poder exerce atra o irresistível, e poucos escaparam do efeito gravitacional exercido pelas diversas estrelas de que nos fala uma historiografia tantas vezes encomendada: os soberanos Valois; Luís XI e a especifica o de dois cargos: “a autoridade de cronista” e “historiador do rei”; os duques de Borgonha e sua imensa coorte de historiadores; as cr nicas de Guillaume Gruel enaltecendo os feitos (e suprimindo fatos desagradáveis) da vida de João V; a existência de historiadores oficiais depois dos reinados de Francisco II e Ana de Bretanha...

Na constru o de interpretações favoráveis ao mecenas de plantão os princípios são ignorados ou afrontados com cinismo, enquanto relatos são lapidados com um olho (vesgo) sobre o acontecimento e outro sobre a bolsa e as moedas do senhor. E até silêncios convenientes são convocados para lutar na batalha da forma o de mentalidades.

---

<sup>88</sup> BOURD E, Guy e MARTIN, Herv e. *As escolas históricas*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1983, pp.28.

<sup>89</sup> BOURD E, Guy e MARTIN, Herv e. *Op.cit.*, p.33.



O Brasil também não escapou indene às arremetidas da historiografia comprometida. Se nos exemplos acima um monarca ou príncipe era o beneficiário da pena comprada, no final do século XIX e início do século XX arregimentam-se - nas terras brasílicas - utopias, visões, discursos, educação pública e as artes, redefinindo uma identidade coletiva e manipulando sentimentos com o objetivo de legitimar o regime recém-instalado.

A justificação – articulada, racional e "cientificamente" demonstrada – impõe-se como auxiliar na tarefa de convencimento das massas (ou pelo menos de uma minoria pensante e influente), decorrência de tempos modernos que rebelaram-se contra as casas monárquicas e adotaram posições crescentemente democráticas, hostilizando quaisquer tentativas de impor um tacão autoritário calcado unicamente na força bruta.

Assim, a cartilha de implantação (legitimada) de regimes políticos, hodiernamente, faz algumas concessões a esse novo homem herdeiro das revoluções francesa e americana : derruba, intimida e alteia-se pela força, mas torna mais palatáveis a espada e o dedo em riste suavizando métodos de caserna com discursos de justificação racional ( para os instruídos) e criação de sinais, símbolos e signos de leitura mais fácil e imediata (para a grande massa ignorante).

Há que atingir o imaginário popular, plasmando uma realidade nova e moldando um novo homem. Dessa caixa de ferramentas os republicanos sacam também a propaganda e a concepção de uma ideologia, definida por José Murilo de Carvalho como uma justificação racional da organização do poder.<sup>90</sup> Ele explica como se deu o mito de origem da República:

*... A criação de um mito de origem é fenômeno universal... Com frequência disfarçado de historiografia,... procura estabelecer uma versão dos fatos, real ou imaginada...No caso de criação de novos regimes o mito estabelecerá a verdade da solução vencedora contra as forças do passado ou da oposição...A mesma distorção sofrerão as personagens envolvidas.<sup>91</sup>*

Há outro fator que tornou imperiosa a conversão dos espíritos: a república nascera entre os miasmas da especulação financeira, da voracidade predatória, do enriquecimento pessoal a qualquer transe. Tal ambiente exibia todos os pecados de

---

<sup>90</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: O imaginário da República no Brasil.* São Paulo : Cia. Das Letras,2008. p.9.

<sup>91</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op.cit., pp.13-14.

um capitalismo ameaçador e incompatível com a ordem necessária à tessitura de um ambiente favorável à aceitação desarmada de um regime imposto.

Dessa empreitada de plasmar a imaginação popular fazia parte a implantação de uma mentalidade de respeito e admiração pelas nossas forças armadas, fiadora (deflagradora na verdade) que foi no advento do novo regime.

Havia, entretanto, um entrave sério à implantação de tal imagem ; “numa sociedade em que já não era fácil conseguir que os homens cumprissem ordens”,<sup>92</sup> um preceito constitucional de obediência com ressalvas (art. 14 da Constituição) não ajudava a melhorar o prestígio do Exército.

Nesse contexto é que vicejam perigosas interpretações históricas, que podem levar a uma distorção, quando não transmutação completa, das motivações que guiaram milhares de homens no transcorrer das refregas.

Jacques Le Goff alerta-nos, teorizando acerca da objetividade do historiador: “A tomada de consciência da construção do fato histórico... lançou uma luz reveladora sobre os processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber histórico”.<sup>93</sup>

Analisemos a disposição geral de nosso povo – à época focada em nosso trabalho - com relação ao serviço militar e à própria instituição do Exército.

Os brasileiros têm tido, tradicionalmente, aversão ao serviço militar. Inscrevem-se nas causas históricas desse comportamento tradições detectadas já no longínquo Império, com recrutamento “a pau e corda”, ou práticas oligárquicas de forçar o alistamento de inimigos políticos, ou mesmo a simples aversão pela disciplina.<sup>94</sup>

No período analisado percebe-se uma rejeição em massa da população no que diz respeito a um furor guerreiro levado às últimas consequências. A quantidade “desalentadora” de insubmissos levou já um general a atribuir tal comportamento a “defeitos intrínsecos no temperamento e educação do povo”.<sup>95</sup>

---

<sup>92</sup> MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria-História do Exército Brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Editora Schwarcz.p. 49.

<sup>93</sup> LE GOFF, Jacques . *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p.11.

<sup>94</sup> MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Editora Schwarcz.2007, p. 280.

<sup>95</sup> Idem.

Não é escopo de nosso trabalho analisar essa visão do caráter de nosso povo. Baste-nos, a respeito, registrar dois componentes importantes no equacionamento dos impulsos individuais.

Primeiro, porque “os conceitos de vencer e perder com que um comandante e um cronista veem uma batalha não são os mesmos com que os soldados veem seu envolvimento nelas”<sup>96</sup>. Segundo, porque os fatos ocorridos nos anos imediatamente anteriores à proclamação da República e nos momentos iniciais da guerra civil desestimulavam completamente a solução do impasse com emprego de armas – ou, traduzindo, era sentimento generalizado da população de que não havia sentido em ser ferido ou morto por causa de caprichos da turma de plantão nos gabinetes de comando do novo regime.

Um exame mais atento revela que não passava de ingenuidade acreditar que os organizadores do golpe obedecessem a impositivos nobres de convicções democráticas. Baste-nos, para corroborar tal afirmação, a leitura de dois episódios ligados ao Marechal de Ferro.

No primeiro, assistimos 13 generais contestando a legalidade do mandato de Floriano, por acreditar que estava acontecendo um descumprimento da Constituição. Floriano prende e deporta os 13 generais. Rui Barbosa dirige-se ao Supremo Tribunal Federal (STF) requerendo habeas – corpus.

Comentário de Floriano : “*Não sei amanhã quem vai dar habeas-corporis aos ministros do Supremo*”<sup>97</sup>

No segundo episódio, ao saber que o Congresso está discutindo a legalidade das medidas : “*Vão discutindo que eu vou mandando prender*”.<sup>98</sup>

Não espanta tanto agora detectar indisciplina nos quartéis nessa quadra da história de nossa república. O supremo comandante da nação (seguindo os passos do grupo que precipitou os acontecimentos do 15 de Novembro) obedece a uma cartilha simples para tomar decisões: manda quem está armado.

Edmar Morel conta-nos que um padre francês que visitou o Brasil no início do século XX, analisando questões políticas e militares ligadas à Revolta da Chibata (movimento social ocorrido no Rio de Janeiro, com início em 22 de novembro de

---

<sup>96</sup> KEEGAN, John. A Face da Batalha. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000, p. 46.

<sup>97</sup> JOFFILY, Bernardo. *Brasil 500 anos: Atlas Histórico*. São Paulo: Empresa de Comunicação Três Editorial Ltda., 1998, p.91.

<sup>98</sup> Op.cit, .p. 91.

1910, causado por marinheiros descontentes com o sistema de punição vigente na Marinha, à época) aconselhou os marinheiros a manter-se afastados da vida política, e indagou:

Por que o Brasil não mantém seus vasos de guerra afastados do teatro das competições políticas, tão azedas nestes países jovens, nos quais as questões pessoais ocupam muito mais espaço nas lutas oficiais do que as discussões de princípios?<sup>99</sup>

Analisando o papel das Forças Armadas na história política e social brasileira, particularmente durante o período que vai de 1889 a 1937, Frank D. McCann estabelece que “os comportamentos excepcionais ou extralegais acabavam sendo justificados como atos de lealdade à Pátria”<sup>100</sup>.

Quando colocada dessa forma a situação por eventuais infratores da lei ou da constituição ou de compromissos de fidelidade assumidos, o que se procurava fazer era dificultar ataques aos comportamentos extralegais, pois deslocava-se o debate para a verificação de quem tem mais amor à Pátria. Não se pode negar, entretanto, que o exercício de tais medidas causa profundo estrago à disciplina que se pretende implantar no Exército, pois pode haver, na caserna, quem ache que possui um roteiro de conduta mais favorável à Pátria que os comandantes militares ou o Presidente.

Ora, os sentimentos de ojeriza demonstrados – na época que se examina, a da Revolução Federalista - pela população em relação às forças armadas não se coadunam com os relatos históricoslouvaminheiros que fazem desfilar diante dos olhos da sociedade descrições de atos heroicos estribados em fortes convicções republicanas.

Qual a explicação para o descompasso?

Resposta: foram desembainhados os símbolos. Se não convém intimidar com o sabre, arregimentam-se a palavra escrita e a falada. A estratégia agora não é a da localização da cavalaria, nem da disposição formal dos batalhões, mas do convencimento, do sítio ao coração e à mente dos cidadãos.

Cuida-se de inculcar na mentalidade do povo que o golpe, apelidado convenientemente de “revolução”, atende aos seus anseios mais legítimos.

<sup>99</sup> MOREL, Edmar. A revolta da chibata. São Paulo: Paz e Terra S.A., 2009, pp.40-41.

<sup>100</sup> MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2007, pp.10-11.

Eric Hobsbawm oferece um novo conceito que ajuda a entender melhor essa dinâmica: o conceito de “tradição inventada”.

Segundo ele, tradição inventada é um “conjunto de práticas, ...de natureza ritual ou simbólica, que visam inculcar certos valores e comportamentos através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado...”<sup>101</sup>

Por sua vez, citando Alain Rouquié (autor de *The Military And The State In Latin America*), Frank McCann enfatiza que “regimes começados com um golpe de estado são marcados por um pecado original”<sup>102</sup>. Os integrantes da conspiração excluem as forças sociais que pretendem a mudança.

José Murilo de Carvalho endossa essa aproximação do assunto: segundo ele, à república brasileira faltava densidade popular, necessária para a tarefa de reconstrução do imaginário.

A fatia maior da população ou lhe era indiferente ou hostil; só foi alcançado êxito nessa engenharia de conversão de mentes quando buscou-se apoio em símbolos alheios à sua natureza: Tiradentes (independência e religião), bandeira (herança da monarquia) ou hino (tradições cívicas).<sup>103</sup>

O prêmio para a corrida do convencimento é o coração da sociedade, as suas aspirações, medos e esperanças.<sup>104</sup>

Em apoio a essa afirmação, podemos citar uma interessante estatística publicada em 1894, que sugere um aumento no otimismo da população com o advento do novo regime:

TABELA 2 - SUICÍDIOS NO RIO DE JANEIRO – TAXAS POR CADA 100.000 HABITANTES

Ano	Taxa de suicídios por 100.000 habitantes
1870	11,9
1872	14,5
1888	11,3
1890	1,9

FONTE : Publicação Brasil- 500 anos – Editora Nova cultural, p.572.

<sup>101</sup> HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das Tradições*. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A., 2006.p.9.

<sup>102</sup> MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2007.p.14.

<sup>103</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo : Cia. Das Letras,2008.p.128.

<sup>104</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., p.10.

Foi publicado o seguinte comentário na Revista Brasileira acerca desses números : *“Não é que a República se deve considerar um meio profilático de grande energia contra o mal do suicídio. Mas é que ela veio trazer... alento novo aos que haviam-se desenganado da fortuna.”*<sup>105</sup>

Nada consegue, entretanto, demover a percepção de que o povo não compareceu à festa de comemoração do regime implantado.

Pelo mesmo motivo que furtou-se a aplaudir os donos da mudança de regime, fugiu à conscrição. Pelo mesmo motivo, negou-se a ser disciplinado.

A que conclusões nos conduzem os textos e discursos sobre o episódio? É o que passaremos a analisar no capítulo seguinte.

---

<sup>105</sup> Brasil 500 anos. Publicação da Editora Nova Cultural. [199?].

## VII- UMA VACINA CONTRA A INGENUIDADE- Mitos e Realidade sobre o Cerco da Lapa e a Revolução Federalista

Uma leitura atenta dos símbolos e versões de fatos relacionados à República evidencia o objetivo de convencer um determinado público da legitimidade da nova ordem.

Os manipuladores estavam propondo uma transformação do imaginário popular. Não conseguiam esconder, entretanto, as divergências internas do grupo amotinado. Houve luta para estabelecer um mito fundador, entre a república militar de Deodoro, a república sociocrática de Benjamin Constant e a república liberal de Quintino Bocaiúva.

Havendo ficado inconcluso o mito de origem, por divergências intestinas no Exército e desavenças entre Exército e Armada, procurou-se conciliar esforços na eleição de um herói.

Heróis, afirma José Murilo de Carvalho<sup>106</sup>, “são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos”.

Tentou-se, a princípio, guindar os principais articuladores da nova República ao posto de herói. Não se obteve sucesso, tendo em vista a “pequena densidade histórica do 15 de Novembro, uma passeata militar”<sup>107</sup>.

A escolha acabou recaindo sobre um vulto improvável, Tiradentes. Motivo principal: sua má-sorte carregou-lhe a compaixão do povo. O recém-proclamado herói nascia sob o signo da simpatia;<sup>108</sup> os engenheiros da moldagem do imaginário estavam forçando a extensão do carisma de um personagem (que havia causado grande impressão nas pessoas) para a estrutura de poder instituído pelos insurretos do quartel de São Cristóvão.

E o esforço de propaganda não parou aí: sucedem-se a utilização da imagem feminina para representar a República (copiada do imaginário francês), a definição da bandeira e hino nacionais, os monumentos em praça pública<sup>109</sup>.

<sup>106</sup> CARVALHO, José Murilo de. A formação das Almas. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008, p.55.

<sup>107</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p.57.

<sup>108</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p.59.

<sup>109</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p.140.

Também na história da Revolução Federalista pode-se vislumbrar esse esforço de catequese e convencimento do público.

Aconteceram atos de heroísmo? Sim. Foi observado o código de disciplina? Sim. Aconteceram conscrições voluntárias ? Sim.

Mas não com a frequência e magnitude que algumas versões pretendem sejam a expressão da realidade.<sup>110</sup>

Um retrospecto panorâmico do final do século XIX, no que tange à atuação militar no Brasil, fornece dados úteis para avaliação do assunto.

Quando dos primeiros embates, no Rio Grande do Sul, entre os ex-monarquistas do Partido Federalista e os republicanos de Júlio de Castilhos, havia unidades do Exército de ambos os lados; no final de 1891 fatos como a Revolta da Armada e a dissolução do Congresso dividiram novamente o Exército em facções.<sup>111</sup>

Continuando esse exame do comportamento das tropas no referido período, fazemos referência à expedição de Moreira César ao Arraial de Canudos, que mereceu o seguinte comentário: “Muitos (soldados) morreram devido a ferimentos, fome ou sede ... A falta de solidariedade entre praças e oficiais evidencia-se nas partes de combate e memórias”<sup>112</sup>.

Posteriormente, registram-se desavenças entre o Presidente da República e o ministro da Guerra: “...prova da extrema turbulência de 1897 foi o fato de que, em onze meses, haveria quatro ministros da Guerra e três ajudantes-generais...adotaram-se medidas preventivas, das quais a mais importante foi o desarmamento da escola militar”<sup>113</sup>.

O episódio cruento da Lapa também não escapou de ser arregimentado para defender a imagem da República nascente. Conquanto túmulo de heróis verdadeiros, emprestou o sacrifício de uns poucos idealistas para legitimar uma aventura de tomada de poder, e até hoje é palco de uma superposição bastante sutil: o drama de seus valentes defensores é utilizado como fundamento para legitimação de um arranjo político.

---

<sup>110</sup> No início deste trabalho já alinhei citações de autores que apregoam versões entusiásticas sobre comportamentos coletivos fundamentados em inexcedível ardor cívico-republicano.

<sup>111</sup> MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria-História do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Editora Schwarcz. 2007, p. 51.

<sup>112</sup> MCCANN, Frank D. Op. cit., p. 51.

<sup>113</sup> MCCANN, Frank D. Op. cit., pp. 78-79.



Os locais tombados na cidade histórica da Lapa têm servido de moldura para rituais e cerimônias que evocam o cerco, mas também prestam-se, como rituais que se tornam, a estabelecer narrativas e mitos da fundação da república.

Esses rituais não devem ser percebidos , como ensina Celso Castro, em seus próprios termos. Devemos reunir o texto ritual com o contexto histórico e cultural em que é atualizado, e com o qual dialoga. E resume o raciocínio alertando : “O passado que é comemorado em rituais e cerimônias é resultado de seleções que privilegiam certas narrativas em detrimento de outras;...a memória que esses rituais celebram ... estabelece uma relação presente com o passado...”<sup>114</sup>

Para protegermo-nos dos efeitos sedutores da propaganda e da moldagem de imaginário, valhamo-nos da diversidade apresentada pela historiografia. A historiografia diversificada, autêntica vacina contra a ingenuidade, “serve pelo menos para despertar uma legítima desconfiança. Não nos mostra ela os historiadores que nos precederam, vítimas de muitas pressões ideológicas, políticas e institucionais... cometendo erros mais ou menos graves?”<sup>115</sup>

---

<sup>114</sup> CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2002.p. 80.

<sup>115</sup> BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Mem Martins:Publicações Europa-América,1983,pp.28.

## VII- Conclusões

Havíamos-nos proposto, no início deste trabalho – que tem por escopo delimitador a conscrição e disciplina de combatentes alinhados com a defesa do governo da recém-criada República brasileira, quando da eclosão da Revolução Federalista - examinar a propriedade de relatos que apontam a existência de “cidadãos guiados pelo patriotismo e abnegação, optando pelas agruras da vida de soldado na forja de uma história iluminada de idealismo” .

Mostramos, inicialmente, que já no Império a casa de Bragança detectava problemas de indisciplina nos quartéis, seja pelo pouco cuidado com que o Imperador tratou da questão militar, seja pelo crescente distanciamento entre a caserna e os representantes do sistema político.

Reflexos dessa cisão e constante desconforto repercutiram no ânimo da população no que tange ao recrutamento e pior, causaram abalos no nível de disciplina dos quartéis.

Um genuíno sentimento patriótico de parte do oficialato que buscava estruturar uma política eficiente de defesa nacional não conseguia traduzir e implementar tais aspirações em meio a uma generalizada desconfiança .

Largas camadas da população tinham dúvidas tanto no que diz respeito à seriedade da organização militar como à existência de verdadeiros sentimentos de preocupação - de parte do novo grupo autoguidado às esferas de poder - com tradições democráticas e com o bem-estar geral. Na verdade, as elites brasileiras sempre olharam de maneira desconfiada para a população. Alexandre Fortes e Antonio Luigi Negro propõem o seguinte teorema quando discorrem a respeito das debilidades de nossa cidadania : “Não temos cidadania porque não houve ruptura com uma ordem política pré-moderna e esta se mantém porque ... o povo é débil, inconsciente , corporativo ou servil”.<sup>116</sup>

Maria S.M.Bresciani amplia a abrangência desta visão negativa de nosso povo: segundo ela, uma das heranças que recebemos dos colonizadores, além da repulsa ao culto e à moral do trabalho e da tibieza de formas de organização que impliquem solidariedade e ordenação, foi uma “*obediência cega, expressa na*

---

<sup>116</sup> FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio L. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil .In: FERREIRA, Jorge; Lucília de A.N.DELGADO (Orgs.) O Brasil Republicano.O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.185.

*vontade de mandar e na disposição para cumprir ordens*<sup>117</sup> E a parte de nossa gente formada por negros e caboclos (e suas descendências) era a que sofria o maior preconceito: os mesmos imigrantes que eram vistos pelas elites como sujos e mendigos tratavam os brasileiros menos aquinhoados como seres inferiores.<sup>118</sup>

Essa visão preconceituosa a respeito da grande distância social entre uma pequena elite de pessoas letradas e a “massa inculta, composta de escravos, negros e mulatos livres ou alforriados, descendentes de escravos e brancos miseráveis...” não era, segundo Emília Viotti da Costa<sup>119</sup>

Posteriormente, implantada a República, o que se assiste é uma especulação predatória onde pontificam a ganância e uma corrida desenfreada por enriquecimento fácil não sustentado por correspondente (e saudável) aumento de produção, no episódio que ficou conhecido depois como o “encilhamento”.

Grupos regionais batem-se por amealhar os maiores nacos de poder, e no turbilhão de apetites criam-se áreas de atrito e enfrentamento<sup>120</sup> envolvendo o poder maior, o da República. Em 1893 os ânimos estão exaltados no Sul, e busca-se a via das armas para solucionar o impasse.

A Revolução Federalista encontrou, entretanto, dois problemas no périplo em direção ao Norte : uma vontade de ferro e um pequeno punhado de homens corajosos até o sacrifício maior.

O Marechal Floriano, Presidente da República não dobrou a cerviz, e soldados valentes, como o Coronel Carneiro e o Coronel Lacerda<sup>121</sup>, apoiados por não menos valoroso séquito de bravos, disseram : “Daqui não passarão”.

Os sediciosos passaram. Mas perderam tempo precioso demais no tentame, o que permitiu ao inimigo fortificar-se.

A República elimina a ameaça vinda do sul, e prossegue o esforço de legitimação do novo regime.

<sup>117</sup> BRESCIANI, Maria Stella M. O charme da ciência e a sedução da objetividade. São Paulo: UNESP, 2005, p.109.

<sup>118</sup> ALVIM, Zuleika. *Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo*. NOVAIS, Fernando A.(Coord.Geral) *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 3.República: Da Belle Époque à era do rádio.SEVCENKO, Nicolau (Org. do vol.) São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

<sup>119</sup> COSTA, Emília Viotti. *Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil*. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.).*Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: BCD União de Editoras, 2001, p.95.

<sup>120</sup> *Referimo-nos a duas conflagrações armadas: Revolução Federalista e a Revolta da Armada*.

<sup>121</sup> *Protagonistas do Cerco da Lapa*.

O novo regime, entretanto, não conseguia seduzir ou convencer ninguém : algo na receita da República desandara. As elites pensantes sentiam a necessidade de descobrir ou formular fundações que sedimentassem a construção do regime adventício.

Em finais do séc. XIX e início do séc. XX o nível de educação formal não comportava a utilização da palavra escrita como ferramenta de convencimento e plasticização das mentalidades.<sup>122</sup>

O envolvimento gradual da população no esforço de escolarização, no século passado, propiciou a oportunidade (conveniência já havia desde 1889) da utilização do discurso como ferramenta manipuladora de utopias .

E a formação de um mito de origem foi recebendo acréscimos, ganhando sabores variados que dependiam do refinamento gustativo dos plasmadores de plantão e da capacidade intelectual das massas a serem tuteladas.

Os primeiros conceitos a serem trabalhados e oferecidos ao distinto público envolviam a convergência de um sem- número de interpretações do que seria a própria República. Cumpria também convencer que a sublevação do acantonamento de São Cristóvão respondeu mais a inspirações de conteúdo ideológico que a prosaica luta pelo poder.

Na sequência, havia a necessidade de demonstrar o relevante (e heroico) papel das forças armadas no apoio à proclamação do novo regime e posterior defesa deste em insurreições como a que se examina neste trabalho.

É na continuidade do engendramento desse mito que, não obstante a existência real de alguns verdadeiros heróis que honraram nossa nacionalidade - nos dois lados da guerra civil - despontam exageros e fantasias que não se sustentam à luz dos depoimentos alinhados neste trabalho, e trazidos pelos próprios militares.

Celso Castro sugere que as nações, hoje, são mais consideradas como construções simbólicas do que entidades naturais, com um desenho acabado, ostentando uma identidade monolítica e uma leitura sagrada do passado. É relevante enfatizar que ele não identifica perigo nesse tipo de visão, a qual não

---

<sup>122</sup> Merece referência a Lei Eleitoral de 1881. Esta exigia que os eleitores deveriam saber ler e escrever, providência que reduziu o número de eleitores para menos de 1 % da população. CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p.24.

deve ser considerada uma disposição profana tendente a fazer desaparecer a identidade da nação. O momento atual das batalhas de memórias

*“...é propício a uma maior pluralidade e diversidade de passados, e a história nacional nem sempre é a única ou a melhor medida daquilo que as pessoas sabem sobre seu passado.”<sup>123</sup>*

Consideramos, portanto, superdimensionados, quando não irreais, os relatos de “idealismos e ideologias ardorosamente encarnadas” na conscrição e disciplina dos combatentes alinhados com a defesa do governo da recém-criada República brasileira, no âmbito da Revolução Federalista.

Aconteceram, repetimos, demonstrações de heroísmo impressionante na sequência das refregas. Mas numa escala significativamente menor que aquela decantada pelos historiadores oficiais.

E nem poderia ter sido de outra forma, quando lançamos um olhar abrangente, distante no tempo e no espaço, sobre as circunstâncias que emolduraram os eventos da nova república.

Discorrendo sobre um conceito de autoria de Baczko Bronislaw<sup>124</sup>, José Murilo de Carvalho descreve<sup>125</sup> o que poderia ser chamada de “comunidade de imaginação”, ou comunidade de sentido”: um sentimento, uma aspiração coletiva com raízes no imaginário preexistente ou em um imaginário buscado, terreno comum sem o qual a relação de significado entre duas idéias cai no vazio.

A propalada “revolução” de 1889 teria sido, na verdade, uma parada militar, tendo à frente o Marechal Deodoro<sup>126</sup>. No entender de Euclides da Cunha, citado por Margarida de Souza Neves,<sup>127</sup> a República foi-nos oferecida como “herança inesperada”.

A mesma autora afirma :

*Em novembro de 1889 a República foi apenas proclamada. Só anos mais tarde, no governo de Campos Sales... o terreno moveído e ainda indefinido*

<sup>123</sup> CASTRO, Celso. A invenção do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editora Ltda, 2002.p. 37.

<sup>124</sup> Filósofo polonês, historiador do pensamento social, cofundador da Escola de Varsóvia de historiadores de ideias.

<sup>125</sup> CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p.13.

<sup>126</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., p.51.

<sup>127</sup> NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX, in: FERREIRA, Jorge; Lucília de A.N.DELGADO (Orgs.)O Brasil Republicano.O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 17-18

*da república brasileira se assentaria para que as bases de um equilíbrio político ... fossem lançadas...*<sup>128</sup>

E o fracasso das conscrições, na sequência, e a indisciplina observada nos aquartelamentos foram consequências perfeitamente compreensíveis quando a formulação do regime proposto não respondia a uma expectativa do povo, não fazia sentido para a comunidade.

Tome-se como resumo de nosso arrazoado a acusação proferida por Joaquim Nabuco (político pernambucano, diplomata, jurista, jornalista, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras), citado por Elio C.Flores:

*“De fato, a República, moralmente falando, só tem perdido terreno desde 15 de novembro...Diz-se que ela não tinha homens, é um perfeito engano...o que ela não tinha era princípios...”*<sup>129</sup>

Com respeito à participação popular na organização da nova república, sua visão de cidadania era ainda mais contundente: *“Julgo conhecer as correntes da opinião, as tendências do sentimento popular, para afirmar que o povo se mantém completamente alheio à chamada adesão...”*<sup>130</sup>

Vejamos, a respeito, o alerta de Maria E.L.Resende : *“ Os constituintes de 1891 esqueceram-se de que a liberdade individual, à maneira defendida por Benjamin Constant (político e escritor francês, 1767-1830), tem a liberdade política como sua garantia indispensável”*<sup>131</sup>

O povo, em sua vasta sabedoria, intuía já que o regime instituído pouco ou nada mudava em essência : benfeitores da *“res publica”* continuariam a ser os barões, os coronéis e latifundiários.

Na cidade da Lapa podemos visitar, hoje, locais como o Museu de Armas e o Panteão dos Heróis (onde descansam os corpos dos combatentes tombados quando do levante federalista). A 5ª. Região Militar e 5ª. Divisão do Exército,

<sup>128</sup> NEVES, Margarida de Souza. Op. Cit., p. 33.

<sup>129</sup> FLORES, Elio Chaves. *A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso*, in: FERREIRA, Jorge; Lucília de A.N.DELGADO (Orgs.)O Brasil Republicano.O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 49

<sup>130</sup> FLORES, Elio Chaves. Op. Cit., p. 50.

<sup>131</sup> RESENDE, Maria E.L. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; Lucília de A.N.DELGADO (Orgs.)O Brasil Republicano.O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 101.

subordinada ao Comando Militar do Sul, uma das doze regiões militares do Exército Brasileiro, é conhecida atualmente como a Região Heróis da Lapa. Em Curitiba, a praça Tiradentes é o berço histórico da cidade.

Somos possuídos de verdadeiro orgulho cívico por havermos tido compatriotas como o General Gomes Carneiro. O Exército brasileiro tem importantes funções institucionais, como a defesa do nosso território, garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem e cooperar com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil. Tiradentes notabilizou-se por ser o mártir da independência.

Mas não podemos perder de vista que mesmo heróis como Tiradentes e o General Carneiro e instituições respeitáveis como o Exército podem ter contribuído, ainda que involuntariamente, para legitimar, na esfera de grupos politicamente atuantes, a implantação de um novo regime.

Discursos, alegorias, imagens, símbolos foram desembainhados na batalha da justificação racional do poder, e ajudaram a criar o mito de uma revolução.

O mito da República.

## XIX. FONTES

*Anais do Primeiro Congresso de história da revolução de 1894.* Curitiba: Empresa Grafica Paranaense Ltda, 1944.

WOLFF, Filipe Maria Wolff. Diário. In: LACERDA, Francisco Brito. *Cerco da Lapa, do começo ao fim.* Curitiba: Litero-Tecnica, 1985.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, Zuleika. *Imigrantes: A vida privada dos pobres do campo.* In: NOVAIS, Fernando A.(Coord.Geral) *História da Vida Privada no Brasil. Vol. 3.República: Da Belle Époque à era do rádio.*SEVCENKO, Nicolau (Org. do vol.) São Paulo:Companhia das Letras, 2010.

BATISTA, Luís C. *Guerra do Paraguai : peculiaridades do recrutamento.* Monografia de Bacharelado (Estágio Supervisionado em Pesquisa Histórica). Curso de História da Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2º semestre de 2010.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas.* Mem Martins: Publicações Europa-América,1983.

BRASIL. Constituição (1891). Constituição : República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Congresso Constituinte, 1891.Art. 14.

BRESCIANI, Maria Stella M. *O charme da ciência e a sedução da objetividade.* São Paulo: UNESP, 2005.

CALMON, Pedro. *História do Brasil.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1959. Tomo 6.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O sistema oligárquico nos primeiros anos da República.* In: FAUSTO, Boris(Org.) *História Geral da Civilização Brasileira.*Tomo III-O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2005.

CARNEIRO, David. *O Cerco da Lapa e seus heróis: Antecedentes e consequências da Revolução Federalista no Paraná.* Rio de Janeiro: Ravaro, [ca 1934].

\_\_\_\_\_. *Rastros de Sangue.* Curitiba: Papelaria Max Roesner Ltda., [196?].

CARNEIRO, Glauco. *História das Revoluções Brasileiras.* Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro S.A., 1965.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: O imaginário da República no Brasil.* São Paulo: Cia. Das Letras,2008.

\_\_\_\_\_. *Forças Armadas e Política no Brasil.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.



CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

COSTA, Emília Viotti. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: BCD União de Editoras, 2001.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2002.

ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

FLORES, Elio C. A consolidação da República : rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; Lucilia de A.N.DELGADO (Orgs.) *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio L. Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil .In: FERREIRA, Jorge; Lucilia de A.N.DELGADO (Orgs.) *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra S.A., 2006.

JOBIM, Rubens Mário. *Vento Leste nos Campos Gerais*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Ltda., 1952.

JOFFILY, Bernardo. *Isto é Brasil 500 anos: Atlas Histórico*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três S.A., 1998.

KEEGAN, John. *A Face da Batalha*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2007.

MOCELLIN, Renato. *Federalista: a revolução da degola*. São Paulo: Editora do Brasil S.A., 1989.

MOREL, Edmar. *A revolta da chibata*. São Paulo: Paz e Terra S.A., 2009

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; Lucilia de A.N.DELGADO (Orgs.) *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

RESENDE, Maria E.L. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; Lucilia de A.N.DELGADO (Orgs.) *O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 101.

RIBEIRO JUNIOR, José. O Brasil monárquico em face das repúblicas americanas. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: BCD União de Editoras, 2001.

ROSA FILHO, João Alves da. *Epopéia da Lapa*, In: Episódios da História da PMPR. Vol. III. Curitiba: Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, 1999.

\_\_\_\_\_. Guerra do Paraguai, In: Episódios da História da PMPR. Vol. IV. Curitiba: Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, 1999.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus Ltda, 1982.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo. O processo político-partidário na primeira república. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: BCD União de Editoras, 2001.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Da escravidão à Liberdade: Dimensões de uma privacidade possível*. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord. Geral) *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 3. República: Da Belle Époque à era do rádio. SEVCENKO, Nicolau (Org. do vol.) São Paulo: Companhia das Letras, 2010.